



“FAMILIARIZANDO” O GÊNERO NO SERVIÇO SOCIAL

Eliana Teixeira Dos Santos¹
Josimara Aparecida Delgado Baour²

Resumo

Esse texto é fruto do trabalho desenvolvido no Grupo de Pesquisa *Desigualdades Sociais, Políticas Públicas e Serviço Social* (CNPq-UFBA). Uma das linhas desse grupo dedica-se a discutir o trabalho e a formação em Serviço Social na contemporaneidade, debatendo questões ainda pouco exploradas na literatura profissional, como a questão de gênero, pensada no sentido de se compreender a realidade da profissional Assistente Social e a marca feminina do Serviço Social, recriada nas demandas contemporâneas à profissão. Assim, esse artigo, partindo da premissa de que existe uma lacuna no Serviço Social, quanto à categoria gênero, muito embora haja um crescimento mais recente dessa discussão no universo profissional, busca trazer elementos para o debate sobre gênero e Serviço Social. A abordagem é feita a partir de questões importantes para a realidade das profissionais na atualidade, como a política de Assistência Social e o trabalho com famílias.

Palavras-Chave: Assistência. Gênero. Mulher. Família. Política social.

1 INTRODUÇÃO

A centralidade que a família vem obtendo nas políticas sociais no período atual, é algo que vem chamando a atenção, não por ser uma novidade, mas porque na prática o familismo tem se constituído numa focalização do feminino, uma vez que é a mulher que acaba sendo responsabilizada pelo cuidado, ficando a cargo desta por exemplo, o cumprimento das condicionalidades impostas pelos programas de transferência de renda, que fazem parte da assistência social, ainda que de forma indireta, pois embora na política não exista uma menção a quem cabe a responsabilidade de cumprir as exigências para o acesso aos “benefícios”, persiste na sociedade a ideia de que o cuidado da família é uma tarefa essencialmente feminina.

Como dito anteriormente, a primazia da família não é algo novo na política brasileira, durante a Era Vargas, iniciada em 1930, as ações direcionadas a família foram largamente utilizadas, e desde este período é marcante também a atuação do Serviço Social junto ao grupo familiar. Inicialmente, dado o viés classista que norteava as ações destas primeiras profissionais, é possível verificar com base na literatura, um trabalho regido por concepções estereotipadas sobre a família do trabalhador, constituindo-se a mesma como objeto no qual se devia incidir ações voltadas para o ajustamento, o qual Mirla Cisne (2012) destaca ter ocorrido “especialmente por meio do trabalho voltado para e com as mulheres”. Sendo assim, o trabalho com famílias geralmente significava (e muitas vezes ainda significa) o trabalho com e para mulheres, uma vez que os homens via de regra não estavam (e ainda não estão) envolvidos nestas ações, por estarem comprometidos com a produção.

Atualmente é um fato comprovado que as mulheres estão presentes na esfera produtiva, porém, elas ainda são maioria no uso dos espaços de prestação de serviços assistenciais e no contato direto com a/o profissional de Serviço Social, o que nos leva a pensar: De que maneira o Serviço Social avançou no estudo da questão de gênero? As

¹ eli25ufba@hotmail.com - Programa De Pós-graduação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismo - Universidade Federal da Bahia.

² josimaradelgado@gmail.com - Instituto de Psicologia/Programa de Pós-graduação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismo - Universidade Federal da Bahia.



profissionais que têm saído das universidades tem sido capacitadas a fim de compreenderem a dimensão de gênero, entendendo desta forma a própria profissão, enquanto feminilizada (termo destacado por Silvia Cristina Yannoulas, no livro **Trabalhadoras** – Análise da Feminização das Profissões e Ocupações(2013), termo que remete a profissões que são constituídas por maioria de mulheres) bem como as usuárias dos serviços sócio assistenciais? Caso não, quais as implicações disso para o Serviço Social, enquanto profissão comprometida com os interesses da classe trabalhadora, o que perpassa a dimensão de gênero? Estes são alguns dos questionamentos que vem nos instigando a pesquisar a necessidade de “familiarizar” o gênero no Serviço Social.

É importante lembrar que da mesma forma que havia uma ideologia estatal e classista por trás da disciplinarização da família por meio das mulheres, nos primórdios da profissão, hoje, sob novas formas há uma ideologia neoliberal, que reatualiza o conservadorismo no que se refere à família e o lugar social da mulher. Sendo assim, a questão de gênero dentro da política social deve ser observada à luz do processo de integração mundial ou globalização, que desde a década de 1990 estabeleceu um novo cenário político nos países latino-americanos, dentre os quais está o Brasil. Tal fenômeno, representou para além de uma integração cultural, a integração das economias, o que de certa forma fez com que as decisões políticas e econômicas dos estados nacionais, ficassem atreladas aos interesses externos de organismos internacionais, tais como o Banco Mundial, o FMI(Fundo Monetário Internacional) e a OMC (Organização Mundial de Comércio),o que significou o fomento da retração do Estado, enquanto provedor dos mínimos sociais, instituindo-se a focalização como regra das políticas sociais, dada a dita “insuficiência dos recursos”, o que se constituiu numa medida que visa o “bom uso” do erário, a fim de evitar “desperdícios”. Assim, estas políticas focalistas, terão como alvo apenas as famílias mais pobres entre as pobres, o que de fato acaba se traduzindo numa focalização da mulher, uma vez que tais políticas não se propõem a criar mecanismos de equidade de gênero, além disso, ao estabelecerem-se de forma a consagrar a família como responsável em contribuir com o Estado no enfrentamento das expressões da questão social, tem significado uma responsabilização da mulher, dada as questões inicialmente pontuadas.

Este cenário da política social brasileira, iniciado desde a década de 1990, vem se fortalecendo constituindo-se num grande entrave para o estabelecimento da universalidade e promoção da equidade por meio das políticas sociais, sendo as mesmas gestadas de modo a manter o conformismo com a desigualdade social, uma vez que não se propõem a atacar a raiz do problema, que é a maneira desigual que se faz a distribuição da riqueza socialmente produzida, o que atinge as mulheres de forma mais direta,

pois são elas que geralmente são chamadas a fazer a “administração da pobreza” no espaço doméstico, com os poucos recursos que recebem, especialmente dos programas de transferência de renda. De forma que a perspectiva de gênero dentro da política social brasileira, precisa avançar ,a fim de que ela possa contemplar o ideal de política social pleiteada na Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing, no ano de 1995,que é de por meio das políticas sociais, promover a emancipação e melhoria na qualidade de vida das mulheres.

Diante disso, o Serviço Social com base no seu projeto ético-político, que defende a equidade de gênero, é chamado a dar sua contribuição na luta com vista a alcançar este ideal, dentro da sua esfera de ação, tendo destaque aqui o campo da assistência, no entanto, esta contribuição poderá ser mais profícua a medida que o debate sobre a temática gênero for mais amplamente incorporado pela categoria.



2 DESENVOLVIMENTO

Ao analisar o contexto brasileiro no que se refere à política de assistência, como participe de uma conjuntura mais ampla, compreende-se que a focalização e a centralidade da família não está desconectado do receituário neoliberal, que vem se desdobrando há décadas no Brasil, de sorte que as políticas sociais não tem contemplado as reais necessidades dos usuários, e de maneira singular das usuárias, constituindo-se as mesmas geralmente em instrumentos voltadas para a inserção das massas no mercado consumidor, sem se tornarem mecanismos de transformação da vida das pessoas, e neste caso, em especial das mulheres, não apresentando outras alternativas, que não as socialmente estabelecidas para este grupo que historicamente carrega sobre si a pecha da invisibilidade. Diante disso, a/o profissional que atua no campo da assistência, tem sobre si um grande desafio na operacionalização desta política específica, que é perceber de que forma sua atuação pode contribuir na construção de uma emancipação feminina.

A questão acima apresentada, aponta a existência de “novos tempos” para o Serviço Social, pois demanda a necessidade de retirar o componente mecanicista das ações, que reduzem a atuação a mero emprego, rotinização das atividades e a visão da realização das operações, como mero cumprimento de metas, o que de acordo com Lamamoto (2010), impede o desenvolvimento das potencialidades presentes na ação cotidiana, ao que a autora afirma:

...uma ação de um sujeito profissional que tem competências para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes, passíveis de serem impulsionadas pelo profissional. (Lamamoto 2010, p.21).

Tais orientações não consistem num mecanismo infalível, porém, apresentam que a prática profissional não pode incorrer em trazer para sua cotidianidade a lógica de produção, onde a qualidade é medida pela quantidade. Apresenta-se perante a/o assistente social no campo da assistência, o perigo de ver o trabalho desempenhado como simples execução sequencial de atividades, orientadas por normas de padronização, desvinculando o mesmo do compromisso com a transformação da realidade social, em que pese os desafios.

Isso, no que se refere ao trabalho na política de assistência, ganha maior relevância dada as questões relativas à sua configuração histórica, a saber: geralmente vinculada aos interesses das oligarquias, instituída durante a República Velha, como moeda de troca sob a forma de “caridade” e “proteção”, passando a no período Vargas (no discurso do governo) a ser produto da “bondade do gestor público”, sendo também vinculada a filantropia, capitaneada pela igreja, a qual utilizou para isso da mão de obra feminina, imprimindo desta forma a ideia de que a prestação da assistência era papel das mulheres cristãs, comprometidas com a causa do próximo (Lamamoto 2008). Se além disso, tomarmos por base que grande parte das pessoas que estão em contato direto com o SUAS (Sistema Único da Assistência), são pertencentes ao sexo feminino, esta responsabilidade é dobrada, uma vez que para além de exigir a necessidade de práticas que combatam o conservadorismo, ao deixar explícito por meio da prática o caráter de direito contido na assistência, o exercício profissional deve ser balizado por parâmetros comprometido com a emancipação da mulher, por meio de ações que visem contribuir para autonomia da usuária, não reafirmando papéis tradicionais, socialmente destinados a mulher, pois como bem apresenta Antônia Colbari (1995), “o cotidiano das mulheres é marcado por anulação, privação e provação”, necessitando a(o) profissional ter “sensibilidade” para entender as subjetividades decorrentes da “diversidade do processo de socialização para homens e mulheres”, como já dito por Lourdes Bandeira (Brasil, 2005). Dessa forma, constitui-se para



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

a/o assistente social uma dupla responsabilidade: a primeira de enfatizar o caráter de direito que a assistência tem, e em segundo lugar através de sua prática profissional trabalhar na busca de promoção da emancipação das(os) usuárias(as) do SUAS, tendo em mente que:

Gênero organiza e legitima não apenas a divisão sexual do trabalho e a construção de papéis sociais correspondentes, mas, também, a divisão sexual de direitos e responsabilidades, o acesso e controle sexualmente diferenciado a oportunidade de trabalho bem como a instrumentos e meios de produção, recursos e fontes de renda e de crédito, capital, conhecimento, educação, instâncias decisórias (Sardenberg 2010, p.47).

Alguns estudos no âmbito do Serviço Social, como os de Laura Susana Duque-Arazola e Cássia Carloto, têm mostrado como a atenção dada à mulher no interior da Política de Assistência Social reitera o papel tradicional da mulher como esposa e mãe, ou seja, sua importância no núcleo doméstico, afastando-a da inserção no mundo do trabalho ou incentivando-a a fazê-lo em atividades precarizadas e “femininas”. Para ilustrar essas colocações, lembramos, por exemplo, as políticas focalizadas de transferência de renda, que têm a mulher como foco prioritário para a titularidade do benefício e cumprimento das condicionalidades.

a mulher é tomada como representante do grupo familiar, vale dizer, o grupo familiar é materializado simbolicamente pela presença da mulher. Esta, por sua vez, é percebida tão somente por meio de seus ‘papéis femininos’ que vinculam, sobretudo, o ser mulher ao ser mãe, com uma identidade centrada na figura de cuidadora, especialmente das crianças e adolescentes, dadas as preocupações do PBF com esses grupos de idade (CARLOTO; MARIANO, 2008, p.1).

Além disso, uma das críticas progressistas à Política de Assistência Social aponta sua tendência à refilantropização e à tutela da população, uma vez que institui condicionalidades às famílias e à mulher, dentre elas, a comprovação da extrema pobreza, a manutenção de determinados padrões familiares e a inexistência de renda do trabalho. Esse último ponto é também indicado como uma das características mais conservadoras dos programas de transferência de renda no Brasil, qual seja, o fato de dicotomizarem trabalho e assistência social, impedindo que trabalhadores pobres tenham acesso aos benefícios e, desse modo, colocando o reingresso no mundo do trabalho como critério para interrupção do recebimento do recurso. Tais características têm uma significativa dimensão de gênero, ou seja, são questões que nos remetem às desigualdades de gênero repostas em nossa sociedade, bem como às construções ideológicas em torno de papéis sociais específicos para homens e mulheres.

Muito embora, a (o) profissional não detenha o total controle do processo, uma vez que ela/ele não acompanha o passo a passo da criação das diretrizes e normas da política social, tendo destaque aqui a política de assistência, é necessário a/o assistente social, manter uma postura reflexiva das suas ações na prestação dos serviços assistenciais, a fim de perceber outras possibilidades, novos caminhos no intuito de mesmo dentro de uma conjuntura desfavorável, como a que estamos vivendo, ver novos rumos, para não incorrerem no fatalismo, da total impotência. Esta é uma tarefa conjunta, um compromisso que deve ser firmado enquanto categoria, pois este “feeling”, quanto a questão de gênero, está estreitamente atrelado a um formação profissional, com maior abertura para a temática aqui apresentada, bem como para outras a exemplo da questão étnico-racial, as quais constituem-se importantes instrumentos para análise da conjuntura social brasileira, e para a compreensão da condição feminina nesta sociedade.



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

Voltar-se para análise desta questão é importante tanto de um ponto de vista intra como extraprofissional, pois sendo o Serviço Social constituído majoritariamente por mulheres, a dimensão gênero é um importante prisma sob o qual a assistente social (em particular) pode ver a si mesma, enquanto sujeito situado no contato com as usuárias, o que pode ser um grande passo para verificar caminhos alternativos para a construção de práticas mais progressistas no que tange a questão de gênero. A importância desta problemática, ganha expressão quando recorremos à história para analisar o trabalho das primeiras profissionais, o qual foi fortemente marcado pelo conservadorismo e humanismo cristão, os quais nortearam as práticas sociais da época e a visão da família e da mulher, no período em questão, inclusive na compreensão da própria profissão, como pôde ser verificado no discurso da oradora, da primeira turma da Escola de Serviço Social de São Paulo em 1938.

(...) se são muitas hoje as carreiras que se nos oferecem, não me parece feminino tomá-las indistintamente. De acordo com sua natureza a mulher só poderá ser profissional numa carreira em que suas qualidades se desenvolvem, em que sua capacidade de dedicação e devotamento seja exercida. A mulher, e isto apesar de velho é descoberta recente, tem de ser mulher. Como educadora é conhecida sua missão. Abri-se-nos agora também com o movimento atual, mais um aspecto de atividade: o serviço social, que apresenta alguns setores especiais de atividade feminina (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p.172).

Portanto, a inserção destas profissionais no campo de trabalho com famílias será permeada por seus valores morais, o que torna a profissão neste período inicial, marcada por ideias conservadoras, as quais inclusive tornavam a questão social uma questão do indivíduo, e não decorrente de um processo macro de expansão do capital.

A visão que têm do proletariado, em função de sua própria visão do mundo, é apresentada cruamente: as péssimas condições de habitação se devem ao “desapego ao lar”, denotam a “falta de formação doméstica da mulher”; quanto ao desejo de morar próximo ao centro, explicam que o proletariado prefere a maior possibilidade de “distração, em detrimento do conforto e da higiene”. O povo “logo se acostuma ao ambiente decaído”...É “necessário educar o povo”, “instruir a família”...(IAMAMOTO 2008,p.206-207).

Muito embora, grandes mudanças tenham ocorrido no Serviço Social desde os fatos acima referido tendo como grande destaque o movimento de reconceituação e a apropriação da vertente marxista como importante componente de análise social, é necessário continuarmos avançando, observando outras vertentes que são nossos pares ideológicos, a fim de prosseguir na expansão da profissão. Queremos destacar, que, nas últimas três décadas, o Serviço Social brasileiro passou por grandes mudanças, afirmando-se acadêmica e politicamente como categoria ligada à defesa de direitos sociais. Contudo, nesse processo, pouco se tem discutido acerca de uma daquelas bases ideológicas que compunham o espectro conservador do passado profissional, qual seja, a ideologia de gênero e sua utilização para a composição de um projeto social da classe dominante no interior das políticas sociais. Durante esses anos, as Assistentes Sociais passaram a ser, cada vez mais, oriundas da própria classe trabalhadora, o mercado de trabalho nacional se consolidou no interior das políticas públicas e empresas privadas, assim como laicização da formação. Nenhum desses dados nos permite, contudo, ponderar sobre o papel da ideologia de gênero na configuração das auto-representações das profissionais, ou nas demandas postas à categoria.



3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, além do que já foi dito, reafirmamos, para encerrar, duas questões, relativas aos dois eixos que nortearam nossa discussão até aqui. No âmbito da reflexão sobre o trabalho profissional, o silenciamento sobre a questão de gênero compromete a compreensão concreta da inserção profissional na divisão sócio-técnica do trabalho, à luz das condições históricas que marcam a inserção da mulher no mercado de trabalho. No âmbito da Assistência Social, a não realização do debate sobre gênero contribui para que a profissional, no trato com outras mulheres, usuárias da política, possa vir a incorrer na reiteração de uma postura de controle do cotidiano das mesmas, bem como uma postura moralizante e punitiva. Tais ações vão na contramão do papel importante que a Assistente Social poderia desenvolver nessa política específica, sendo profissional mediadora do acesso, para essas mulheres, ao universo público, ao publicizar e politizar suas demandas. Vale dizer, para essas mulheres usuárias, a política talvez seja um momento quase que exclusivo em suas trajetórias para essa reivindicação de direitos.

Assim, parece-nos pertinente afirmar, que a realização desse debate é algo que precisa ser fomentado nas discussões da categoria como uma questão pertinente a muitas de nossas lutas: na luta para rompermos com o olhar estigmatizado sobre nossa profissão e, desse modo, construir melhores condições para nosso exercício, enquanto trabalhador-trabalhadores, e diretamente relacionados a isso, na luta para a concretização de nosso projeto ético-político que rejeita o conservadorismo, bem como suas práticas, aí inclusa a reflantropização do direito à assistência, tantas vezes realizada por ações moralizantes e disciplinadoras que restringem, ao invés de ampliar, o universo de autonomia da mulher-usuária da Assistência Social.

REFERÊNCIAS

- CARLOTO, Cássia; MARIANO, Silvana. A família e o foco nas mulheres na Política de Assistência Social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, 14(2): jul-dez, 2008. pg. 1.
- CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- COLBARI, Antônia. **Ética do trabalho**. São Paulo: Letras e Letras, 1995.
- COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?**. 4 ed. - São Paulo, Cortez, 2010.
- DUQUE-ARRAZOLA, Laura S. O sujeito feminino nas políticas de assistência social. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **O mito da Assistência Social; ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2010. pg. 21.
- _____ e CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Celats/Cortez, 2008. pg. 172-207.
- NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- SARDENBERG, Cecília M. B. Da transversalidade à transversalização de gênero: aportes conceituais e prático-políticos. In: SHEFLER, Maria de Lourdes; VASQUEZ, Petilda Serva; AQUINO, Silvia de. **Travessias de gênero na perspectiva feminista** (Coleção Bahianas). Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010. pg. 47.



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015
